

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.232.978/0001-00
Sacramento e Santa Juliana - MG

Empresa de Serviços
de Comercialização de
Energia Elétrica S.A.

CEMIG

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores Acionistas,

Estamos apresentando, de acordo com a determinação legal, as Demonstrações Financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia" ou "ESCEE") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 486 mil, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$11.311 mil em 2014, oriundo de atividades de intermediação de negócios relacionados à compra e venda de energia, representando R\$23,27 por ação.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014		2013	
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixas	3	1.346	4.970		
Títulos e Valores Mobiliários	4	10.112	7.797		
Clientes	5	1.144	1.165		
TOTAL DO CIRCULANTE		12.602	13.932		
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	4	173	789		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		173	789		
ATIVO TOTAL		12.775	14.721		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Índices econômico-financeiros

Liquidez Corrente

A Liquidez corrente reflete quanto a Companhia possui de recursos circulantes para quitar suas obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2014, a liquidez corrente foi de R\$3,57 (R\$3,44 em 2013).

Endividamento

O Grau de endividamento da Companhia representa 29,03% do ativo total em 31 de dezembro de 2014 (29,02% em 2013). Isto indica que para cada R\$1,00 de seus ativos, R\$0,29 estão sendo financiados com recursos de terceiros.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

Representa a capacidade de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

O LAJIDA de 2014 foi de R\$14.845 mil (R\$13.788 mil em 2013), correspondendo a 118,53% da receita operacional líquida de 2014 (94,84% em 2013), conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

	2014	2013	Var. %
Resultado	11.311	13.153	(14)
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	1.932	2.186	(11,62)
+ Resultado Financeiro	1.602	(1.551)	(203,29)
LAJIDA	14.845	13.788	7,67

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou o montante de R\$1.932 mil, referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2014, representando 14,59% do lucro antes da tributação. Em 2013, a Companhia apurou o montante de R\$2.186 mil, referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2013, representando 14,25% do lucro antes da tributação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária em até 30 de abril de 2015, que o Resultado do exercício de 2014 no montante de R\$11.311 mil seja integralmente destinado ao pagamento de dividendos, sendo:

- R\$2.828 mil referente a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$8.483 mil referente a dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, e à Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	11.311	13.153
Despesas (Recitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.932	2.186
Receitas Financeiras Oriundas de Títulos e Valores Mobiliários	(1.600)	—
	11.643	15.339
(Aumento) de Ativos		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	—	158
Clientes	21	489
	21	647
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	2	(82)
Impostos, Taxas e Contribuições	156	(19)
Outros	(1)	(9)
	157	110
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	11.821	15.876
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.193)	(1.436)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.628	14.440
FLUXOS DA CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(13.153)	(13.461)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(13.153)	(13.461)
FLUXOS DA CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	(99)	(888)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(99)	(888)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.624)	91
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	4.970	4.879
No fim do exercício	1.346	4.970
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.624)	91

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2014	2013
Receita	10	12.524	14.538
DESPESAS OPERACIONAIS	11	(465)	(344)
Pessoal		(320)	(349)
Serviços de Terceiros		(2)	—
Materiais		(96)	(57)
Outros		(883)	(750)
DESPESAS TOTAIS	(883)	(750)	(750)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		11.641	13.788
Receita Financeira	12	1.603	1.570
Despesa Financeira	12	(1)	(19)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		13.243	15.339
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(1.978)	(1.997)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	46	(189)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.311	13.153	
RESULTADO POR AÇÃO – RS	23,27	27,06	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.311	13.153
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	11.311	13.153

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	486	98	5.029	—	5.613
Pagamento de Dividendo Adicional Proposto	—	—	(5.029)	—	(5.029)
Destinação do lucro proposta à AGO	—	—	—	13.153	13.153
Resultado do Exercício	—	—	—	13.153	13.153
Dividendos Mínimos Obrigatórios (R\$6,77)	—	—	—	(3.288)	(3.288)
Dividendos Adicionais (R\$20,30)	—	—	9.865	(9.865)	—
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	486	98	9.865	—	10.449
Pagamento do Dividendo Adicional Proposto	—	—	(9.865)	—	(9.865)
Destinação do lucro proposta à AGO	—	—	—	11.311	11.311
Resultado do Exercício	—	—	—	11.311	11.311
Dividendos Mínimos Obrigatórios (R\$5,82)	—	—	—	(2.828)	(2.828)
Dividendos Adicionais (R\$17,45)	—	—	8.483	(8.483)	—
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	486	98	8.483	—	9.067

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia" ou "ESCEE"), sociedade anônima de capital fechado anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., foi constituída em 25 de julho de 2002, domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Aimorés, 3.000, 7º andar, sala 701, Barro Preto, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140 – 073.

A Companhia tem os seguintes objetivos:

- Prospectar junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica;
- Prospectar junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes;
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica; e
- Representar agentes de mercado junto à CCEE para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Em 24 de abril de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores (contas a receber não faturado);
- Nota 14 – Imposto de Renda e Contribuição Social;

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IERIC 21 - Tributos – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

CPC 01 / IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação.

Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46- Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 – Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos – Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 – evidenciando na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciando a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente, a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito